REBECCA GROTERHORST

**PAPEL DAS CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA:
Reflexões sobre impacto e implementação de decisões transformadoras**

Tese de Doutorado

Orientadora: Profa. Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

REBECCA GROTERHORST

**PAPEL DAS CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA:
Reflexões sobre impacto e implementação de decisões transformadoras**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob orientação da Profa. Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Rebecca Groterhorst

**PAPEL DAS CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA:
Reflexões sobre impacto e implementação de decisões transformadoras**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, área de concentração Direito do Estado, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz – Orientadora
Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr.
Universidade

Prof. Dr.
Universidade

Prof. Dr.
Universidade

Prof. Dr.
Universidade

Prof. Dr.
Universidade

A meus pais, por sempre acreditarem no potencial transformador da educação e por serem meu maior e melhor referencial em toda a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Dizem que a experiência de passar pela pesquisa do mestrado torna a realização de um doutorado muito mais fácil. Não é bem verdade, o caminho do doutorado exige uma reflexão muito mais aprofundada e uma responsabilidade muito maior. Digo isso porque chegar até aqui não foi fácil. Mas foram exatamente as dificuldades enfrentadas no percurso da pesquisa que possibilitaram conhecer pessoas maravilhosas pelo caminho, as quais me permitiram, de diferentes formas e em distintos momentos, superar obstáculos e empregar a maior energia possível para a execução do trabalho.

Essa pesquisa só foi possível por meio do apoio de pessoas que me acompanharam durante a trajetória acadêmica e no meu dia-a-dia do doutorado. Sei que a vida contemporânea é repleta de compromissos, sejam eles profissionais ou pessoais. Para muitos(as) pesquisadores(as), professores(as) e amigos(as), os momentos de descanso se tornam cada vez mais raros. Ainda assim, não deixei de ter ao meu lado pessoas que me inspiram, e que contribuíram de forma única para a realização da tese de doutorado. Conteí com o carinho e a atenção de pesquisadores(as) e professores(as) que até então não conhecia, mas que se colocaram e estiveram à disposição durante toda minha pesquisa.

Primeiramente, agradeço à querida Professora Orientadora Dra. Anna Candida da Cunha Ferraz, que desde 2012 tem estado ao meu lado na busca pelo conhecimento. Foi ela quem depositou em mim a confiança para realizar primeiro um mestrado sob sua orientação, e depois me incentivou para a pesquisa do doutorado. Com certeza sem o seu apoio e seus ensinamentos, a pesquisa não seria possível.

Professora Anna, se assim me permite, você é fonte de inspiração para mim e para muitos(as) acadêmicos(as), que nos corredores da faculdade, quando a encontram, relembram suas aulas instigantes. Sinto orgulho em ser sua orientanda. Mais orgulho ainda de ser uma das últimas alunas a ser orientada por você. Obrigada por caminhar junto comigo na área acadêmica, pelas palavras de incentivo, pelas longas conversas regadas a café e bolo e por me guiar no percurso da pesquisa.

Também não poderia deixar de agradecer aos professores que estiveram comigo durante essa trajetória acadêmica. Ao Professor Dr. Roberto Baptista Dias, a quem devo o gosto pelo Direito Constitucional desde os tempos saudosos de PUC-SP. Por meio de suas aulas, provocou em mim a vontade de seguir sempre em frente na busca de respostas para as minhas inquietações. E também agradeço à Professora Dra. Flávia Piovesan, fonte de

inspiração acadêmica desde a época da PUC-SP. Foi minha professora de Direitos Humanos, mas por um curto período, já que a Sophia chegava a esse mundo naquela época; depois participou da minha apresentação da monografia de conclusão de curso. Nossos caminhos se cruzaram novamente mais tarde, e foi a ela a quem recorri pessoalmente e através de literatura para aprofundar alguns temas da tese.

Ao Professor Dr. Roger Leal, por quem tenho um carinho especial. Sei que estive mais distante durante o doutorado, mas nunca me incentivei a sempre ir além nas reflexões sobre os mais variados temas do Direito Constitucional.

Aos Professores Conrado Hübner Mendes e Diego Arguelhes Werneck, não só por aceitarem fazer parte desta banca de doutorado, mas por serem acadêmicos que tenho grande admiração.

Às amigas e acadêmicas da América Latina, que compartilharam comigo conhecimentos e trajetórias. Diana Quintero, Gabriela Recalde, Katherin, Luisa Canon, María Lucía Torres, Monica Castelleros, muito obrigada por fazerem parte da construção dessa tese, cada uma à sua maneira.

Ao João Daniel Rassi, pelas conversas sobre as dificuldades da pesquisa e por me apresentar o Professor Julio, com quem tive oportunidade de conversar sobre alguns pontos da pesquisa. Obrigada Rassi, pelos “puxões de orelha”, por se preocupar com a realização do doutorado e pelas ligações no meio da tarde para perguntar sobre o andamento da pesquisa.

Agradeço também pelo apoio da querida amiga Karina Denari Matos Barros e do querido amigo Marcelo Doval Mendes. Foi no mestrado que nos conhecemos, mas ali já sentimos uma conexão, e sabíamos que essa cumplicidade e amizade seguiria após a pós-graduação.

A Karina resolveu ir para o Rio de Janeiro fazer doutorado por lá, e o Marcelo já quase emendou o mestrado com o doutorado. Mesmo em lugares e momentos distintos, foram inúmeras mensagens trocadas, e-mails enviados, textos compartilhados e cafés para comemorar as conquistas e compartilhar os obstáculos da vida pessoal e acadêmica. Sem vocês ao meu lado, essa pesquisa não teria sido realizada da mesma forma. Não tenho palavras para agradecer e dizer o quanto vocês dois são importantes na minha vida. Todas as palavras e mensagens de apoio, reflexões acadêmicas durante almoços e cafés no final da tarde, abriram caminhos durante a pesquisa e permitiram, mesmo em dias difíceis, seguir em frente.

Ao Gabriel Calil, que foi se tornando um companheiro nessa jornada acadêmica. Nos conhecemos em seu ingresso no mestrado, e ali já pude ver seu potencial. Nos intervalos do trabalho e dos estudos, nos encontramos para discutir nossas pesquisas e isso ajudou muito a aprimorar o olhar sobre o trabalho acadêmico. Muito obrigada pelas reflexões, pelas sugestões e pelo apoio nessa caminhada acadêmica.

À Natalie Endo Kabakura, que me acompanha desde os tempos de PUC-SP. Dizem que amigos são a família que a gente escolhe e eu sei que, de um jeito ou de outro, você sempre está na torcida por mim, enviando mensagens positivas e me alertando nos momentos de dispersão. Você não é apenas uma amiga, é uma irmã para mim! Obrigada por sempre me apoiar e por compreender minha ausência em muitos momentos.

À Vanessa Emi Yamane, que eu sei que, mesmo de longe, continua torcendo por mim.

À Mylena DiGiorgio, pelos cafés regados a desabafos e por se preocupar tanto comigo. Seu apoio em muitos momentos foi essencial, suas palavras me deram confiança e sua amizade alegria.

Às muitas amigas que estiveram ao meu lado durante a realização da pesquisa, e que compreenderam minha ausência constante e meus muitos “nãos” a compromissos e eventos sociais. Devo um agradecimento especial a Ieda Garcez, Mariana Bernardes Costa, Marília Golfieri, Pepi Belmonte e Vinicius Barboza.

À equipe do Instituto Pro Bono, pelo apoio durante a realização da pesquisa, pela compreensão nos meus constantes momentos de cansaço físico e mental, e por estarem por perto entre tantos altos e baixos. Alexandre, Daiane, Fuchs, Nadia e Octavio, muito obrigada por torcerem por mim e por compreenderem a passagem por esse momento tão importante.

Deixo aqui registrado um agradecimento especial ao Ale, que às vésperas da entrega da tese, auxiliou com a leitura do texto (mesmo não sendo da área jurídica) e enviou muita energia positiva nesta reta final.

Ao Guilherme, por compreender a importância da pesquisa acadêmica em minha vida, e que mesmo diante das noites em claro, da minha ausência em inúmeros encontros familiares e com amigos, sempre me apoiou incondicionalmente e torceu por mim em todos os momentos dessa caminhada. Obrigada por estar em minha vida e por ser um companheiro tão presente, mesmo eu estando ausente de corpo e alma nestes últimos tempos.

Por fim, à minha família, por estar sempre comigo, de um jeito ou de outro!

*La primera condición para modificar la
realidad consiste en conocerla.*

(Eduardo Galeano)

RESUMO

GROTERHORST, Rebecca. **Papel das Cortes Constitucionais na América Latina.** Reflexões sobre impacto e implementação de decisões transformadoras. 2020. 250 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente pesquisa pretende, a partir da revisão da literatura acadêmica sobre implementação e impacto de sentenças estruturais e do estudo empírico, contribuir para a escassa produção acadêmica em relação ao tema. O foco na etapa de elaboração de sentenças e a discussão sobre legitimidade democrática, separação de poderes e capacidade institucional dos tribunais, não permitiu observar as potencialidades das Cortes Constitucionais depois de proferirem decisões progressistas. Na América Latina, as Cortes têm experimentado novas práticas para impulsionar a implementação e obter um maior impacto de suas decisões. Diante de um contexto social complexo e bloqueios institucionais profundos, as Cortes são vistas como uma esperança na efetivação de direitos, em especial de grupos vulneráveis e estigmatizados. Assim, a partir da análise de sentenças estruturais proferidas pela Corte Constitucional colombiana e pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro em relação à violação massiva e generalizada de direitos de pessoas privadas de liberdade, analisa-se as estratégias de implementação da decisão e seus resultados na efetivação de direitos do grupo afetado. O estudo desses casos permite observar as distinções das decisões nos referidos países. As distinções observadas entre a decisão T-762 de 2015, da Corte Constitucional colombiana, e a decisão liminar na ADPF 347/DF, do Supremo Tribunal Federal, estão relacionadas à atuação das Cortes após a decisão, instituição de mecanismos de seguimento e participação da sociedade civil. Enquanto na Colômbia, a Corte parece ter assumido um papel de destaque na efetivação de direitos; no Brasil, o julgamento final da ADPF 347/DF continua pendente. Assim como o comportamento ativo da Corte colombiana não significa necessariamente a ocorrência de resultados positivos na efetivação de direitos; de mesmo modo, o comportamento passivo da Corte brasileira não significa a completa ausência de efeitos a partir da decisão tomada. Diante disso, é preciso observar o cumprimento e o impacto da decisão, partindo da interação entre efeitos e resultados. A pesquisa traz a necessidade da utilização de mecanismos de seguimento e de estímulo à participação da sociedade civil para melhorar a implementação e o impacto de decisões transformadoras. Dessa forma, as Cortes podem exercer um papel importante na promoção e garantia de direitos de populações vulneráveis, atuando como verdadeiros agentes de transformação em colaboração e harmonia com as demais autoridades públicas e sociedade civil.

Palavras-chave: Sentenças Estruturais. Mecanismos de Seguimento. Sociedade Civil. Implementação e impacto. Transformação Social.

ABSTRACT

GROTERHORST, Rebecca. **Role of Constitutional Courts in Latin America.** Reflections on impact and implementation of transformers decisions. 2020. 250 f. thesis (Doctorate) – School of Law - *Universidade de São Paulo* [University of São Paulo], São Paulo, 2020.

This present research intends to, from the academic literature on the implementation and impact of structural sentences and empirical study, contribute to the scarce academic production concerning the theme. The focus in the elaboration step of the sentences and the discussion on the democratic legitimacy, separation of powers and institutional capacity of the courts, did not allow to observe the potentialities of the Constitutional Courts after give progressive decisions. In Latin America, Courts has been experienced new practices for driving and obtaining a greater impact on its decisions. In face of the complex social context and a profound institutional blockage, Courts are seen as a hope in the rights establishment, especially in the vulnerable and stigmatized groups. Thus, from the analysis of the structural analysis given by Colombian Constitutional Court and Brazilian Federal Supreme Court in relation to the massive and generalized violation of the rights of private person's freedom, the strategies of implementation of the decision and its results on rights establishment of the affected group were analyzed. This cases studies allow to observe the distinctions of the decisions in the referred countries. The distinctions observed between the decision T-762 of 2015, of the Colombian Constitutional Court, and ADPF 347/DF, of the Federal Supreme Court, are related to the Courts actions after the decision, institution of mechanisms of follow-up and participation the civil society. Whereas in Colombia, Court appears to have assumed an important role in the rights establishment; in Brazil, the final judgment of ADPF 347/DF is still pending. Like the active behavior of the Colombian court does not mean necessarily that the occurrence of positive results in the rights establishment; likewise, the passive behavior of the Brazilian Court does not mean the complete absence of the effects as of the decision taken. In light of this, it must to observe the fulfilment and impact of decision, from the interaction between effects and results. The research demands the need of use of mechanisms of follow-up and fostering to the participation of the civil society to improve the implementation and the impact of transformers decisions. Therefore, the Courts can play an important role in the promotion and guarantee of the rights of vulnerable populations, acting as legitimate agents of transformation in collaboration and in accordance with other public authorities and civil society.

Keywords: Structural Sentences. Mechanisms of Follow-up. Civil Society. Implementation and Impact. Social Transformation.

RÉSUMÉ

GROTERHORST, Rebecca. **Le rôle des Cours Constitutionnelles en Amérique Latine.** Réflexions sur l'impact et la mise en œuvre des décisions transformatrices. 250 f. Thèse (diplôme de docteur) – École de Droit – *Universidade de São Paulo* [Université de São Paulo], São Paulo, 2020.

Cette recherche a l'intention de, à partir de la révision de la littérature académique sur la mise en œuvre et l'impact des jugements structurels et de l'étude empirique, contribuer pour la faible production académique concernant le thème. L'accent dans la phase d'élaboration de jugements et la discussion sur la légitimité démocratique, la séparation de pouvoirs et la capacité institutionnelle des tribunaux, n'a pas permis de faire attention aux potentiels des Cours Constitutionnelles après avoir rendu des décisions progressistes. En Amérique Latine, les Cours essaient de nouvelles pratiques pour stimuler la mise en œuvre et obtenir un plus grand impact de leurs décisions. En face d'un contexte social complexe et des blocages institutionnels profonds, les Cours sont envisagées comme un espoir dans l'accomplissement de droits, surtout des groupes vulnérables et stigmatisés. Alors, à partir de l'analyse des jugements structurels rendus par la Cour Constitutionnelle colombienne et par la Cour suprême fédérale brésilienne concernant la violation massive et généralisée des droits de gens privés de liberté, on analyse les stratégies de mise en œuvre de la décision et ses résultats dans l'accomplissement de droits du groupe affecté. L'étude de ces affaires permet de faire attention aux distinctions des décisions dans les pays mentionnés. Les distinctions remarquées entre la décision T-762 de 2015 de la Cour Constitutionnelle colombienne et l'injonction dans l'ADPF 347/DF de la Cour suprême fédérale, sont relatives à la performance des Cours après la décision, à l'institution de mécanismes de suite et à la participation de la société civile. Alors qu'en Colombie la Cour semble avoir engagé un rôle remarquable dans l'accomplissement de droits, au Brésil le jugement final de l'ADPF 347/DF reste en instance. De la même façon que la conduite active de la Cour colombienne ne signifie pas nécessairement la présence de résultats positifs dans l'accomplissement de droits, la conduite passive de la Cour brésilienne ne représente pas l'absence complète d'effets à partir de la décision prise. Face à cela, il faut observer le respect et l'impact de la décision, en partant de l'interaction entre les effets et les résultats. La recherche apporte la nécessité de l'emploi de mécanismes de suite et d'encouragement à la participation de la société civile, pour améliorer la mise en œuvre et l'impact de décisions transformatrices. Ainsi, les Cours peuvent jouer un rôle important dans la promotion et dans la garantie de droits des populations vulnérables, en agissant comme de vrais agents de transformation, en collaboration et en harmonie avec les autres autorités publiques et la société civile.

Mots-clés : Jugements Structurels. Mécanismes de suite. Société Civile. Mise en œuvre et Impact. Transformation Sociale.

Sumário

LISTA DE ABREVIATURAS	16
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	17
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA: DECISÕES ESTRUTURAIS, EFETIVAÇÃO DE DIREITOS E DILEMAS EM TORNO DA INTERVENÇÃO JUDICIAL	25
1 CORTES CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO DO PODER JUDICIAL	25
1.1 A experiência constitucional latino-americana: uma introdução necessária	25
1.2 Reformas constitucionais e o protagonismo judicial: do fenômeno global à América Latina	33
2 DECISÕES ESTRUTURAIS E BLOQUEIOS INSTITUCIONAIS: A BUSCA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA VIA JUDICIAL	40
2.1 Efetivação de direitos sociais e perspectivas da América Latina	40
2.2 Complexidades das sentenças estruturais: a esperança de uma solução para problemas complexos	45
2.2.1 <i>Caso Brown v. Board of Education como gênese das sentenças estruturais</i>	45
2.2.2 <i>Sentenças estruturais e suas complexidades: reflexões sobre a migração de casos estruturais para América Latina</i>	50
2.3 Litígios individuais de políticas públicas para solução de problemas estruturais: individual v. coletivo, qual é a melhor alternativa?	56
3 LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E SEPARAÇÃO DE PODERES: O DILEMA DAS SENTENÇAS ESTRUTURAIS	60
3.1 Justiça e legitimidade democrática em casos de sentenças estruturais: há um equilíbrio possível entre a contenção e o ativismo judicial?	60
3.1.1 <i>Objeções à participação dos tribunais em sentenças estruturais</i>	63

3.1.2 Argumentos favoráveis à participação dos tribunais em sentenças estruturais _____	66
3.2 Diálogos interinstitucionais, democracia deliberativa e a construção de um novo paradigma de justificação da intervenção judicial em políticas públicas na América Latina ____	70
CAPÍTULO 2 – IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTO DE DECISÕES JUDICIAIS: REFLEXÕES PARA ALÉM DAS SALAS DOS TRIBUNAIS _____	76
1 POR QUE DISCUTIR ESSE TEMA NO CONTEXTO ATUAL? _____	76
2 O CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS: O QUE ACONTECE COM UMA SENTENÇA PARA ALÉM DA SALA DO TRIBUNAL? _____	86
2.1 Níveis de cumprimento de sentenças sobre DESC: fatores de influência e estratégias das Cortes88	
2.2 Estratégias de êxito na utilização de mecanismos de implementação em distintos tribunais	93
3 IMPACTO JUDICIAL NA AMÉRICA LATINA: UMA QUESTÃO A SER DEBATIDA _____	100
3.1 Conceituando impacto judicial: por que impacto não é sinônimo de cumprimento? _____	100
3.2 Impacto judicial e transformação social: limites e possibilidades _____	107
CAPÍTULO 3 – LITÍGIOS ESTRUTURAIS E O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: BRASIL E COLÔMBIA EM PERSPECTIVA COMPARADA _____	110
1 ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL COMO CONSTRUÇÃO DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL EM RELAÇÃO À OMISSÃO DOS PODERES PÚBLICOS: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE _____	110
2 METODOLOGIA _____	114
3 A FALÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO E O LITÍGIO ESTRUTURAL NA AMÉRICA LATINA: BRASIL E COLÔMBIA EM PERSPECTIVA COMPARADA _____	118
3.1 Inércia das autoridades públicas e a declaração do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro: ADPF 347/DF _____	118

3.1.1 O dramático quadro do sistema penitenciário brasileiro e a proposição da ADPF 347/DF	118
3.1.2 Fundamentação sobre o papel contramajoritário do STF em questões relativas ao sistema penitenciário	126
3.1.3 A decisão e determinação de medidas cautelares na ADPF 347-MC/DF	129
3.3.4 O que aconteceu após o deferimento de medidas cautelares na ADPF 347/DF?	132
3.2 A transformação do estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário colombiano: processos de aprendizagem da sentença monológica T-153/98 às sentenças dialógicas T-388/13 e T-762/15	150
3.2.1 Marco jurisprudencial sobre o estado de coisas inconstitucional colombiano em relação ao sistema penitenciário: diferenciando as sentenças T-153 de 2008 e T-388 de 2013	150
3.2.2 Reiterando o estado de coisas inconstitucional no sistema penal colombiano em 2015: a identificação dos problemas estruturais	158
3.2.3 Sentença T-762/15 e os problemas estruturais do sistema penitenciário colombiano: ordens proferidas pela Corte Constitucional para superar o ECI	163
3.2.3 Preservação da jurisdição constitucional e seguimento da decisão pela CCC: quais os efeitos da decisão T-762/15?	175
CAPÍTULO 4 – CORTES CONSTITUCIONAIS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ESTRATÉGIAS PARA MAXIMIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE DECISÕES TRANSFORMADORAS	189
1 DIÁLOGO JURISPRUDENCIAL ENTRE BRASIL E COLÔMBIA NA BUSCA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: AS SALAS DOS TRIBUNAIS COMO PONTO DE PARTIDA?	189
2 REPENSANDO BOAS PRÁTICAS PARA MAXIMIZAÇÃO DO IMPACTO DE DECISÕES TRANSFORMADORAS: MONITORAMENTO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E OUTRAS ESTRATÉGIAS	198
3 RESSIGNIFICANDO O PAPEL DAS CORTES, DOS JUÍZES E DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO ALCANCE DE UMA JUSTIÇA TRANSFORMADORA	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
ANEXOS	231
ANEXO I	232
ANEXO II	236
ANEXO III	243
ANEXO IV	244
ANEXO V	245
ANEXO VI	246
ANEXO VII	248

Lista de abreviaturas

ABREVIATURAS	
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CCC	Corte Constitucional Colombiana
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CtIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Comissão de Seguimento do Grupo Líder na sentença T-762/15	CSS
Comissão de Seguimento da Sociedade Civil	CSSC
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DAPRE	Departamento Administrativo da Presidência (antigo Ministério da Presidência na Colômbia)
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DESC	Direitos econômicos, culturais e sociais
ECI	Estado de Coisas Inconstitucional
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
HC	Habeas Corpus
INPEC	Instituto Nacional Penitenciário e Carcerário
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PIDESC	Protocolo Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
STF	Supremo Tribunal Federal
USPEC	Unidade de Serviços Penitenciários e Carcerários

Lista de Tabelas e Gráficos

TABELAS	
Tabela 1	Cumprimento <i>versus</i> Impacto de decisões
Tabela 2	Medidas cautelares e pedidos definitivos solicitados pelos demandantes na ADPF-347/DF
Tabela 3	Medida judiciais gerais proferidas na ADPF 347/DF-MC e responsáveis pela execução
Tabela 4	Sumário do cumprimento e impacto da ADPF 347/DF-MC de 2015
Tabela 5	Superação do caráter massivo da violação de direitos no sistema penitenciário colombiano
Tabela 6	Medida judiciais gerais proferidas na T-762/15 e responsáveis pela execução
Tabela 7	Índice de superlotação carcerária na Colômbia (comparação 2015-2020)
Tabela 8	Sumário do cumprimento e impacto da sentença T-762 de 2015
Tabela 9	Comparação das sentenças estruturais sobre população carcerária

GRÁFICOS	
Gráfico 1	Dados da população carcerária no Brasil
Gráfico 2	Execução orçamentária FUNPEN
Gráfico 3	Taxa de aprisionamento por ano no Brasil
Gráfico 4	Déficit de vagas no sistema prisional brasileiro

Introdução

Nas últimas décadas, a América Latina passou pela terceira onda de redemocratização, a qual impulsionou inúmeras transformações, como o desenvolvimento de novas práticas de litígio voltadas à transformação social e política; e a realização de reformas estruturais nas instituições existentes. A redemocratização conduziu a uma nova forma de atuação dos poderes do Estado, evidenciando a necessidade de aprofundar os debates sobre o tema.

Diante das transformações nas novas democracias do continente latino-americano, o Judiciário é demandado a responder de forma inédita aos inúmeros desafios impostos, seja com a criação de inovações nas decisões voltadas à efetivação de direitos ou com a construção de um formato para o seguimento e acompanhamento de suas sentenças, impulsionando sua expansão. As Cortes passam a ser vistas como um espaço de conquista de direitos e disputas políticas e se transformam assim em uma arena importante para proteção de direitos, discussão e negociação de políticas públicas e transformação social.

A expansão da atuação do Judiciário, porém, não é particular da América Latina, correspondendo a um fenômeno global, que tornou esta instituição um espaço central de debates sobre questões sociais complexas. A constitucionalização de direitos econômicos, sociais e culturais (DESC), a crescente mobilização da sociedade civil e outros fatores são considerados responsáveis pela gradativa atuação judicial.

A alta demanda pela solução de conflitos nas Cortes, acompanhada de intervenções judiciais de caráter estrutural na busca de soluções inovadoras para solucionar injustiças políticas e sociais, fomentou o estudo desse fenômeno entre diversos acadêmicos do mundo. A literatura acadêmica, porém, centralizou o debate nas críticas em relação a judicialização da política, separação de poderes, ao ativismo judicial e a falta de legitimidade das Cortes para decidir sobre determinadas questões, inibindo a criação de espaços voltados à reflexão sobre implementação e impacto de decisões das Cortes.

Apesar da demanda sobre DESC ter encontrado nos tribunais uma alternativa de acolhimento e efetivação, não são raras as vezes que sentenças desse tipo são implementadas de forma precária ou nem mesmo são implementadas. A ausência de implementação afeta diretamente as vítimas do caso, trazendo à tona a reflexão sobre o papel da Corte na

efetivação e concretização de suas decisões e seus impactos na transformação da justiça econômica e social.

É notável que a ausência de cumprimento de sentenças judiciais pode afetar a própria democracia. Ao não contar com poder suficiente para fazer valer suas decisões, por meio do exercício da competência que lhe foi atribuída pela Constituição, o Poder judiciário restaria como um poder desprovido de sentido e sem independência em relação aos demais. Isso descaracterizaria por completo a independência entre os poderes, que pressupõe que cada um deles exerce funções específicas dentro do Estado.

Também é importante ressaltar que o descumprimento de decisões judiciais traz diversos problemas, pois além de limitar o acesso efetivo aos direitos humanos, ameaça a legitimidade dos sistemas judiciais na medida que suas decisões não são reconhecidas por aqueles que são demandados.¹ Se uma Corte tem liberdade na construção de suas decisões, mas elas são ignoradas, isso significa que a independência judicial se encontra num espaço vazio. Sem mencionar que o desrespeito a decisões da Corte pode vir a moldar o próprio comportamento judicial e decisões da corte em casos politicamente importantes.²

Se antes o papel das Cortes Constitucionais era reduzido à proteção da Constituição, a evolução de contextos sociais e políticos ofereceu às Cortes uma posição distinta na mediação de conflitos sociais, passando a ser vistas como agentes de transformação social, trazendo a necessidade de observar o impacto de suas decisões na promoção de mudanças sociais relevantes. Não basta a Corte decidir, exercendo a função para a qual foi criada, é preciso analisar como suas decisões se relacionam com os resultados obtidos após a decisão.

Nessa linha, cumpre ressaltar que pesquisas sobre o papel das Cortes como agentes de transformação social têm sido realizadas nos Estados Unidos e na Europa há bastante tempo. O mesmo não ocorre na América Latina, cuja literatura sobre impacto judicial ainda é recente.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que surgem decisões inovadoras de Cortes da Argentina, Brasil e Colômbia, que se utilizam de remédios complexos para enfrentar violações sistêmicas de direitos humanos, a literatura sobre o potencial e o impacto de decisões das Cortes Constitucionais latino-americanas ainda se revela escassa. Não se

¹ RODRÍGUEZ GARAVITO, César Rodríguez; KAUFFMAN, Celeste. *Guía para implementar decisiones sobre derechos sociales*. Estrategias para jueces, funcionarios y activistas. Documentos 17. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2014, p. 8.

² KAPISZEWSKI, Diana; TAYLOR, Matthew M., Compliance: Conceptualizing, Measuring, and Explaining Adherence to Judicial Rulings, *Law and Social Inquiry*, v. 38, n. 4, p. 803–835, 2013, p. 803.

observa nem mesmo um diálogo regional que permita extrair lições dos casos e debater como distintas experiências podem contribuir umas com as outras para melhorar as boas práticas em outros países.

A bibliografia acadêmica sobre DESC continua a reproduzir um vazio em relação às possíveis alternativas dos tribunais para impulsionar a implementação de decisões transformadoras e impactar os casos que se propõe resolver. Ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que refletem sobre o papel das Cortes na concretização de direitos sob a perspectiva da implementação e do impacto das decisões para além das salas dos tribunais.

Cumprе salientar que pesquisas sobre implementação e impacto se revelam necessárias nos meios acadêmicos, que devem centrar esforços para refletir sobre estratégias que os tribunais têm utilizado na efetivação de decisões transformadoras e o seu efetivo impacto em relação ao problema enfrentado no tribunal. O campo a ser explorado nesse âmbito é enorme. Por isso, o presente trabalho pretende contribuir com reflexões sobre o potencial das Cortes Constitucionais a partir de suas decisões, dentro e fora das salas dos tribunais.

A pesquisa pretende inovar nos estudos sobre a relação entre implementação e impacto, contribuindo para futuras investigações sobre o tema. Para fundamentar a análise, o estudo proposto busca se apoiar no estudo de caso sobre sentenças emblemáticas proferidas pela Corte Constitucional colombiana (CCC) e o Supremo Tribunal brasileiro (STF). O estudo central gira em torno da decisão declaratória sobre o estado de coisas inconstitucional (ECI) do sistema penitenciário colombiano, que foi replicado no Brasil em 2015.

Através do estudo comparado de decisões estruturais sobre o sistema penitenciário no Brasil e na Colômbia, através da investigação da sentença T-762 de 2015, da CCC, e da decisão liminar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347/DF, do STF, pretende-se avançar no estudo das consequências das medidas judiciais ordenadas pela Corte, observando a relação entre os fatores de influência após a decisão e o resultado observado. Como será visto, diferente da Corte Constitucional colombiana, o Supremo Tribunal Federal brasileiro foi mais contido no seguimento das medidas judiciais ordenadas na decisão, observando-se distintos efeitos e resultados entre os dois casos estudados.

Claro que o tema de políticas públicas voltadas ao sistema penitenciário é complexo, até porque a população carcerária não conta com apoio político e muito menos social, e a inércia estatal é muito mais evidente nessa seara do que em outras. Mas são justamente os espaços em que a proteção de direitos está ausente que oferecem caminhos para refletir sobre

o potencial das Cortes, aprofundando nas estratégias e mecanismos para reversão do quadro violador de direitos, em especial de grupos vulneráveis.

Nesse sentido, cumpre salientar que o Brasil se utilizou do modelo de decisão estrutural pela primeira vez – ainda que não tenha mencionado essa denominação – no caso “Raposa Serra do Sol”. Mais recentemente, em 2015, o STF importou a figura jurídica do *estado de coisas inconstitucional* da Colômbia para decidir acerca da violação massiva de direitos dentro do sistema penitenciário, proferindo medidas cautelares na Arguição de Descumprimento Fundamental ADPF 347-MC. O julgamento definitivo da ADPF 347 ainda está pendente, mesmo passados 5 (cinco) anos da decisão acerca das cautelares.

Se para alguns estudiosos, a decisão do STF foi uma quebra de paradigma, a permitir a influência em futuras decisões sobre outros temas; para outros ela foi pouco eficaz. Por fim, há quem critique veementemente a adoção do estado de coisas inconstitucional, alegando ser uma afronta à separação de poderes. Como é possível notar, a decisão suscitou elogios e críticas, porém pouco estudo foi realizado sobre os resultados verificados na prática e quais estratégias poderiam ter potencializado ou não um maior impacto na efetivação de direitos da população carcerária.

Por outro lado, o *estado de coisas inconstitucional* não é uma ferramenta de decisão tão recente na Colômbia. A Corte Constitucional colombiana já enfrentou diversos casos em que se utilizou desse método de decisão para declarar a violação de direitos e ordenar medidas para sanar a situação. Mas foi no sistema penitenciário que o estado de coisas inconstitucional foi declarado por três vezes consecutivas.

A primeira vez foi em 1998, na sentença T-153, que muito discutia sobre a infraestrutura do sistema penitenciário como a causa da superlotação e violação de direitos. Praticamente quinze anos depois, em 2013, a Corte se deparou com um novo caso, observando que, apesar daquela situação de violação de direitos encontrada em 1998 ter sido superada, a questão debatida envolvia muito mais políticas criminais incoerentes com o contexto de proteção de direitos.

Ao adotar uma posição muito mais assertiva, a Corte Constitucional Colombiana determinou na sentença T-388/13 uma série de medidas a serem adotadas pelas autoridades públicas. Tais medidas, ainda assim, foram consideradas insuficientes para sanar o problema do sistema penitenciário, o que levou a uma série de pedidos perante a Corte, alegando que o *estado de coisas inconstitucional* permanecia praticamente sem alterações. Essa situação levou a uma terceira decisão, a sentença T-762/15, que não só reiterou o quadro precário do

sistema penitenciário, decorrente de políticas criminais contraditórias e incoerentes, mas direcionou às autoridades públicas diversas ordens, delineando ações e prazos, que deveriam ser cumpridas. A previsão de uma comissão de seguimento, composta por autoridades públicas, ao lado de uma comissão de seguimento da sociedade civil, trouxe novos olhares não só para a questão do sistema penitenciário, mas também para a construção de estratégias dentro e fora das Cortes que possam contribuir com aqueles que têm direitos vulnerados.

A partir da observação do caso do sistema penitenciário no Brasil e na Colômbia, pretende-se discutir a hipótese formulada por alguns doutrinadores³ de que o engajamento de atores sociais, como organizações da sociedade civil e movimentos sociais, ao lado da utilização de mecanismos de monitoramento da Corte, é capaz de trazer maiores impactos. Nesse sentido, pretende-se oferecer um panorama dos mecanismos e estratégias desenvolvidos pelas Cortes na América Latina para melhorar os níveis de cumprimento de decisões DESC e proporcionar maiores impactos em suas decisões. Ao fazer isso, é possível chegar a alternativas para a construção de mecanismos institucionais necessários para gerar maiores impactos na luta contra a desigualdade e injustiça social.

O tema é essencial no contexto latino-americano, que enfrenta de forma similar situações de extrema pobreza e desigualdade, e permite refletir teórica e empiricamente as inovações constitucionais em países do Sul Global. É importante destacar que o Norte e o Sul global são categorias genéricas, mas úteis para o estudo de relações desiguais que existem entre os países da Europa e América do Norte, por um lado, e países da América Latina, Ásia (exceto Japão) e África, por outro.

Assim, a pesquisa busca contribuir com reflexões sobre alternativas capazes de gerar um maior impacto dentro e fora das Cortes, além de aprofundar na discussão sobre o potencial da participação de distintos atores, como juízes constitucionais, autoridades governamentais, sociedade civil, entre outros, no decorrer do processo, buscando não só firmar o ideal democrático, mas de repensar a efetivação de direitos a partir de diálogos e supervisão. Nesse sentido, entender a implementação e o impacto judicial permite também examinar o papel das Cortes Constitucionais na promoção de direitos, em especial nas novas democracias do continente latino-americano. Dessa forma, a pesquisa se dividiu em quatro partes, detalhadas a seguir.

³ BOTERO, Sandra. *Courts that Matter*. Judges, litigants and the rights enforcement in latin America. Indiana: Notre Dame (Tese de Doutorado), 2015, p. 6.

O capítulo 1 está dedicado a compreender o fenômeno de expansão judicial, demonstrando como as reformas constitucionais ocorridas na América Latina a partir da década de 80 influenciaram a forma de atuação do Poder Judiciário, suscitando inúmeras discussões sobre o seu papel. Nesse sentido, o aumento do litígio em torno dos direitos sociais acaba por transformar litígios individuais em litígios mais complexos, surgindo a figura do litígio estrutural. Como será estudado no referido capítulo, os litígios estruturais surgem em resposta à inércia estatal na promoção e proteção de direitos. A Corte passa a ser vista como uma coordenadora institucional na efetivação de direitos. Por outro lado, essa nova postura judicial, permeada por diálogos institucionais e por um ativismo dialógico, e a atuação mais dinâmica da Corte não ficou isenta de críticas.

O capítulo 2, por sua vez, está dedicado a explicar e delinear a importância do tema, relacionando os conceitos de implementação e impacto das decisões judiciais dentro do ativismo judicial dialógico. Nesse sentido, busca por meio de uma revisão da literatura, demonstrar como a lacuna sobre o tema impede avanços no sentido de pensar critérios e parâmetros para verificar o avanço na fruição de direitos. Ao estudar os mecanismos utilizados pelas distintas Cortes Constitucionais para o cumprimento e alcance de resultados desejados, é possível refletir sobre o papel das Cortes na promoção da transformação social.

Nessa linha, o capítulo 3 está dedicado à análise de casos empíricos. Através da construção doutrinária colombiana sobre o *estado de coisas inconstitucional*, buscou-se legitimar a atuação da Corte em casos estruturais. Não só a instituição judicial seria responsável por declarar a violação de direitos, mas também por emitir ordens destinadas a diversas instituições para sanar o problema estrutural. A figura jurídica do estado de coisas inconstitucional migrou para outros países, como, por exemplo, o Brasil. Além disso, a evolução dessa ferramenta utilizada pela Corte permitiu com que ela tivesse uma função de coordenadora das ações das autoridades públicas, preservando o seguimento de suas ordens e declarando novas medidas necessárias para sanar o *estado de coisas inconstitucional*.

Partindo para as conclusões finais do estudo realizado, o capítulo 4 pretende refletir e estabelecer conexões entre teoria e prática constitucional, a partir da experiência da jurisdição constitucional brasileira e colombiana. Portanto, referido capítulo coloca em perspectiva comparada as decisões estruturais sobre o sistema penitenciário brasileiro e o colombiano, decididas respectivamente pelo STF e pela CCC, para extrair conclusões.

Através de elementos das decisões estudadas e do seguimento posterior a elas, a pesquisa busca analisar a relação entre cumprimento e impacto, em um processo de

verificação da consonância da doutrina com a jurisprudência. Os casos em si servem apenas como uma ferramenta para extrair conclusões acerca dos mecanismos que possibilitam a melhoria do impacto de decisões das Cortes Constitucionais, especialmente aquelas que buscam contribuir na transformação de problemas estruturais.

Nesse sentido, ao observar o avanço nas teorias sobre o papel e potencial das Cortes, verifica-se a necessidade de repensar em como a transformação de contextos políticos e sociais impulsionam essa atuação, ressignificando ideias consolidadas. Além disso, pretende-se demonstrar os parâmetros possíveis para o impacto da decisão judicial e o alcance da transformação social. Assim, a tese termina com algumas reflexões e propostas, que podem ser eventualmente aplicadas em estudos e pesquisas posteriores.

Considerações finais

A pesquisa foi motivada pelo interesse em saber como as Cortes Constitucionais podem oferecer contribuições para as populações vulneráveis e melhorar as suas condições no acesso e exercício de direitos fundamentais. Nesse sentido, o continente latino-americano tem sido um campo fértil para estudo da atuação das Cortes Constitucionais na América Latina, as quais têm inovado em suas práticas jurisprudenciais para efetivar direitos previstos nos textos constitucionais. As diversas decisões proferidas pelas Cortes são compreendidas como decisões transformadoras, que buscam oferecer melhores condições de vida a grupos vulneráveis ou altamente estigmatizados.

Mas não foi sempre assim, os distintos momentos pelos quais os países da região passaram demonstram que por muito tempo a mobilização esteve em arenas políticas. O Judiciário não era visto como um órgão capaz de mover as instâncias burocráticas e promover as transformações desejadas. Foi no período de redemocratização do continente que o Judiciário ganhou proeminência e passou a chamar a atenção de diversos setores sociais, que passaram a ocupar a arena judicial.

A descrença nas arenas políticas para promover transformações sociais transformou a mobilização política em mobilização jurídica. Porém, existe uma explicação para o fenômeno. As novas Constituições latino-americanas, além de possuírem um conteúdo denso de direitos, passando a prever diversos compromissos sociais, também desenharam um Judiciário forte e mais aberto a demandas sociais. A possibilidade de acesso direto às Cortes Constitucionais, como é o caso da Colômbia e da Costa Rica, por exemplo, e o baixo nível de formalidade e custos de ingresso de ação judicial para pleitear proteção e garantias a direitos fundamentais, transformou o Judiciário em um campo de batalha por direitos.

As reformas constitucionais impulsionaram o protagonismo judicial aos poucos. O Judiciário não se sentiu constrangido em responder às mais variadas demandas sociais que chegavam diariamente. Pelo contrário, ele transformou a sua forma de agir, inovando em suas decisões, práticas judiciais e promovendo transformações nos mais variados setores.

É preciso lembrar também que, na sociedade atual, existem temas na agenda política que não são tratados de maneira adequada pelos poderes públicos, especialmente em razão do receio de custos políticos que possam acarretar. É o caso, por exemplo, de leis e políticas públicas que possam beneficiar pessoas privadas de liberdade, consideradas minorias que não são aceitas pela maioria do eleitorado. Esses casos são chamados de pontos cegos

legislativos, ou seja, constituem matérias sobre as quais os legisladores não têm interesse em legislar e nem o Executivo em criar políticas públicas, muito em razão do receio dos custos políticos que possam ter.

A consequência disso acaba sendo a violação grave e sistemática de direitos fundamentais do grupo vulnerável que não desperta interesse na referida agenda política. A inércia das autoridades públicas na proteção e garantia desses direitos acarreta uma violação à própria Constituição. A vinculação constitucional dos poderes públicos aos direitos fundamentais, porém, torna necessária a atuação da Corte quando verificada violação a direitos constitucionalmente previstos, já que ela é a instituição encarregada da proteção da Constituição.

Essa nova forma de atuação, no entanto, suscitou diversas críticas relacionadas ao ativismo judicial, em especial relacionadas à legitimidade democrática e capacidade institucional dos órgãos judiciais para decidir acerca de determinados direitos. Os argumentos se apoiavam na afirmação de que, ao decidir sobre direitos relacionados ao desenho e formulação de políticas públicas, o Judiciário estaria interferindo na competência dos Poderes Legislativo e Executivo.

Esse fenômeno incentivou pesquisas acadêmicas sobre o tema, que se apoiaram na análise da atuação do Judiciário frente a demandas sociais, em especial na fase de elaboração das sentenças. Porém, a literatura acadêmica se esqueceu que a decisão não representa o ponto final do litígio. Uma decisão sem cumprimento e sem efeitos acaba sendo inócua. Assim, ao deixar de lado a análise sobre o que acontece depois que uma decisão é proferida, a doutrina não avaliou e aprofundou os estudos na etapa de implementação das decisões judiciais. Sem essa análise, não foi possível determinar se a atuação judicial de fato estava sendo promissora, ou se, ao contrário, era totalmente injustificada.

A análise de casos decididos pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro e pela Corte Constitucional colombiana, relativos à declaração do estado de coisas inconstitucional nos sistemas penitenciários e carcerários brasileiro e colombiano, permitiu aprofundar as reflexões sobre o papel das Cortes Constitucionais na construção de mecanismos que permitam maior cumprimento e melhores impactos. Analisar decisões relativas à população carcerária e seu respectivo impacto é um desafio enorme, pois as pessoas privadas de liberdade são parte de um grupo altamente estigmatizado, que não conta com apoio social e muito menos político.

A interferência nesse campo pode representar altos custos normativos e políticos, mais do que financeiros propriamente ditos. Dessa forma, a análise da atuação da Corte na promoção de direitos para esse grupo se torna ainda mais importante, pois ela pode tanto atuar para proteger direitos, quanto pode ser inerte em relação a essas demandas. Nos casos estudados, é possível verificar que a Corte entendeu pela exigibilidade dos direitos das populações carcerárias, buscando desenhar remédios para superar a situação de violação.

Enquanto na Colômbia, a Corte Constitucional teve uma postura ativa frente a violação de direitos das pessoas privadas de liberdade, assumindo a preservação da jurisdição e reorientando as estratégias ao longo do processo de seguimento; no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao tomar uma decisão provisória, em sede de liminar, assumiu uma postura mais discreta. Ainda que o STF tenha preservado a jurisdição para acompanhamento de sua decisão, o seu comportamento passivo frente a situação impede avaliar os avanços em comparação com os obstáculos para o cumprimento.

No entanto, a conclusão da análise das duas decisões não é de que não tiveram efeitos, mas sim que o cumprimento compreende apenas uma parte do potencial da decisão. Na Colômbia, a decisão permitiu envolver as autoridades públicas para o monitoramento da decisão, além de contar com o apoio da sociedade civil e instituições acadêmicas. O recente desenvolvimento de indicadores pelas autoridades públicas colombianas, no âmbito do processo de seguimento da T-762/15, para avaliar o acesso a direitos das pessoas privadas de liberdade, pode representar um avanço na questão.

Já no que se refere ao caso brasileiro, apesar da postura tímida do Supremo e pouca participação da sociedade civil, a decisão possuiu outros efeitos. A maior atuação do CNJ no monitoramento e fiscalização do sistema carcerário pode ser mencionado como um desses efeitos imediatos da decisão. Por outro lado, a mudança para um contexto político conservador trouxe a questão da segurança pública para o debate público. A sociedade civil se organizou em redes e a população em geral passou a debater sobre o assunto.

Considerando as decisões proferidas pelas Cortes e as estratégias e mecanismos utilizados, pode-se mencionar que a Corte Constitucional pode ter uma função importante na coordenação das burocracias estatais para o debate sobre os problemas estruturais enfrentados na sociedade. Esse papel conferido à Corte na mobilização e diálogo com outros poderes permite avançar na efetivação de direitos e ter maiores impactos.

Nesse sentido, é preciso seguir estudando os impactos do ativismo judicial e a criação de estratégias e mecanismos jurídicos pelas Cortes para cumprimento de suas sentenças.

Dessa forma, será possível discutir com dados empíricos a legitimidade e utilidade da intervenção judicial na solução de problemas estruturais. E se a conclusão é de que a intervenção judicial pode sim criar espaços políticos de discussão e engajamento em relação aos direitos, deve-se aprimorar os mecanismos utilizados por ela após a tomada de decisão.

Referências bibliográficas

ABRAMOVICH, Victor; Courts, Christian. **Los derechos sociales como derechos exigibles**. Trotta, 2004.

ACKERMAN, Bruce. **A Nova Separação de Poderes**. Trad. Isabelle Maria Campus Vasconcellos e Eliana Valadares Santos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ARANGO, Rodolfo. Basic Social Rights, Constitutional Justice, and Democracy, **Ratio Juris**, v. 16, n. 2, p. 141-154, Junho 2003.

ARCIDIÁCONO, Pilar; ESPEJO YAKSIC, Nicolás; GARAVITO, César Rodríguez, **Derechos sociales: justicia, política y economía en América Latina**, Bogotá: Siglo de Hombre Editores y LAEHR, 2010.

ÁVILA, Humberto. “Neoconstitucionalismo”: entre a “Ciência do Direito” e o “Direito da Ciência”. In: NETO, Claudio Pereira de Souza; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (Coord.). **Vinte Anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

ARIZA, Libardo José. The economic and social rights of prisoners and Constitutional Court Intervention in the Penitentiary System in Colombia. In: MALDONADO, Daniel Bonilla (Ed.) **Constitutionalism in the Global South**. The activist tribunals of India, South Africa, and Colombia. Cambridge University Press, 2013

BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria. In: VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens (Org.) **A razão e o voto. Diálogos constitucionais com Luís Roberto Barroso**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional**. Os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BELTRÁN, Andrés Mauricio Gutiérrez. **El Amparo Estructural de los Derechos**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2018.

BELTRÁN, Andrés Mauricio Gutiérrez. **El amparo estructural de los derechos**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid (Tesis Doctoral), 2016.

BERGALLO, Paola. “Justicia y experimentalismo: la Función Remedial del Poder Judicial en el Litigio de Derecho Público en Argentina”, trabalho apresentado no Seminário latinoamericano de Teoria Constitucional. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://digitalcommons.law.yale.edu/yls_sela/45/.

BEZERRA, Rafael. Como avaliar a performance das Cortes Constitucionais? Quatro pontos que deveriam ser avaliados pelo STF em meio à crise institucional. **Jota**, 13 de abril

de 2016. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniaao-e-analise/artigos/como-avaliar-performance-das-cortes-constitucionais-13042016>>.

BILCHITZ, David. **Poverty and Fundamental Rights: The Justification and Enforcement of Socio-Economic Rights**. Oxford University Press, 2007.

BLANDÓN, Luisa Fernanda Cano. **Constitucionalismo experimental y protección judicial del derecho al agua en Colombia**. Universida de los Andes (Tese de Doutorado), 2017.

BOGDANDY, Armin von. **Ius Constitutionale Commune en América Latina**. Una mirada a un constitucionalismo transformador. Revista Derecho del Estado n. 34, jan.-jun. 2915, pp. 3-50.

BOTERO, Sandra. Judges, Litigants, and the Politics of Rights Enforcement in Argentina. **Comparative Politics**, 50(2), 169–187, 2018.

BOTERO, Sandra. **Courts that Matter: Judges, litigants and the rights enforcement in latin America**. Indiana: Notre Dame (Tese de Doutorado), 2015.

BRANDÃO, Rodrigo. **Supremacia Judicial versus Diálogos Constitucionais**. A quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição? 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347/DF-MC**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Requerente: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. Requeridos: União et al. Data do julgamento da cautelar: 09 set. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. **CPI sistema carcerário**, 620 p. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Petição 3.388-Roraima**. Requerente: Augusto Affonso Botelho Neto. Requerido: União. Data do julgamento: 19 mar. 2009.

BRINKS, Daniel M. Solucionar el problema del (in)cumplimiento em las demandas judiciales sobre derechos económicos y sociales. In: LANGFORD, Malcom, RODRÍGUEZ GARAVITO, César e ROSSI, Julieta (Ed.), **La lucha por los derechos sociales**. Los fallos judiciales y la disputa política por su cumplimiento, Bogotá: Dejusticia, 2017.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Estado de Coisas Inconstitucional**. 2ª ed. Revista, atualizada, ampliada. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

CARBONELL, Miguel; JARAMILLO, Leonardo García. “Prólogo. Desafíos y Retos del Canon Neoconstitucional.” In: CARBONELL, Miguel; JARAMILLO, Leonardo García (Ed.). **El canon neoconstitucional**. Madrid: Trotta.

CARDOSO, Evorah. **Cortes Supremas e Sociedade Civil na América Latina**: estudo comparado Brasil, Argentina e Colômbia. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2012.

CHAYES, Abraham. The Role of the Judge. *Public Law Litigation*, v. 89, **Harv. L. Rev.** 1281, (1976).

CHEVITARESE, Aléssia Barroso Lima Brito Campos; SANTOS, Ana Borges Coêlho Santos; GRAÇA, Felipe Meneses. **A efetividade do estado de coisas inconstitucional em razão dos sistemas de monitoramento**: uma análise comparativa entre Colômbia e Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*. Brasília, Vol. 9. N. 2, p. 217-230, 2019.

COMANDUCCI, Paolo. “Formas de (neo)constitucionalismo: un análisis metateórico. In: **Isonomía**, n. 16, 2002.

CtIH. **Medidas Provisória a Respeito do Brasil. Assunto Complexo Penitenciário de Curado**. Resolução de 28 de novembro de 2018. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/curado_se_06_por.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.

Dejusticia, ESCR-Net, University of Oslo. **Informe del simposio internacional sobre cumplimiento de sentencias sobre derechos ESC**. Bogotá, Colombia, 6-7 de mayo, 2010. Disponível em: https://www.escri-net.org/sites/default/files/936495455/Reporte_-_Cumplimiento_del_Sentencias_DESC.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

DIXON, Rosalind. Creating dialogue about socioeconomic rights: Strong-form versus weak-form judicial review revisited. **I•CON**, Volume 5, Number 3, 2007, pp. 391–418.

EPP, Charles R. **The Rights Revolution: Lawyers, Activists, and Supreme Courts in Comparative Perspective**. University of Chicago Press, 1998.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack C.; e SHVETSOVA, Olga. Comparing Judicial Selection Systems. V. 10, n. 1. **William & Mary Bill of Rights Journal**, pp;7-46, 2001.

FAIRSTEIN, Carolina; KLETZEL, Gabriela; REY, Paola García. “En busca de un remedio judicial efectivo: nuevos desafíos para la justiciabilidad de los derechos sociales.” In: Arcidiácono, Pilar; Yaksic, Nicolás Espejo; Garavito, César Rodríguez (Coord.). **Derechos sociales**. Justicia, política y economía en América Latina. Bogotá: Siglo de hombre editores y LAEHR, 2010.

FEELEY, Malcom M.; RUBIN, Edward L. **Judicial Policy Making and the Modern State**: how Courts Reformed America’s Prisons. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FERRAZ, Octavio Luiz Motta. Brasil: ¿es más difícil hacer cumplir demandas colectivas?. In: LANGFORD, Malcom, GARAVITO, César Rodríguez e ROSSI, Julieta (Ed.), **La lucha por los derechos sociales**. Los fallos judiciales y la disputa política por su cumplimiento, Bogotá: Dejusticia, 2017.

FISS, Owen. “Fazendo da Constituição uma verdade vida. Quatro conferências sobre a *structural injunction*”. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix. **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodivm, 2017.

FRUG, Gerald E. The Judicial power of the purse. **University of Pennsylvania Law Review**, v. 126, n. 4, p. 715-794, 1978.

GARCÍA JARAMILLO, Leonardo. **Constitucionalismo deliberativo**. Estudio sobre el ideal deliberativo de la democracia y la dogmática constitucional del procedimiento parlamentario. 1ª ed. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2016.

GARGARELLA, Roberto. **La sala de máquinas de la Constitución**. Dos siglos de constitucionalismo en América Latina (1810-2010). Buenos Aires: Katz Editores, 2016.

GARGARELLA, Roberto. “The ‘new’ Latin American Constitutionalism. Old Wine in New Skins”. In: BOGDANDY, Armin von; MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer, ANTONIAZZI, Mariela Morales; PIOVESAN, Flávia (Ed.). **Transformative Constitutionalism in Latin America**. The Emergence of a New *Ius Commune*. Oxford University Press, 2017.

GARGARELLA, Roberto et al. El nuevo constitucionalismo dialógico frente al sistema de los frenos y contrapesos. **Revista Argentina de Teoría Jurídica**. Vol. 14, n. 2, dez. 2013.

GAURI, Varun; BRINKS, Daniel M. **Introduction: The Elements of Legalization and the Triangular Shape of Social and Economic Rights**. In: *Courting social justice: judicial enforcement of social and economic rights in the developing world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GLOPPEN, Siri. “Courts and Social Transformation: an Analytical Framework”. In: Gargarella, Roberto; Domingo, Pilar e Roux, Theunis (Ed.). **Courts and Social Transformation in New Democracies**. An Institutional Voice for the Poor?. Aldershot/Burlington: Ashgate, 2006.

HART ELY, John. **Democracy and Distrust: A Theory of Judicial Review**. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

HIRSCH, Ran. **Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2007, p.38-40.

HOGG, Peter W.; BUSHELL, Allison A. “El Diálogo de la Carta entre los tribunales y las legislaturas (o quizá la Carta de Derechos no sea algo tan malo después de todo).” In: GARGARELLA, Roberto (Comp.). **Por una justicia dialógica**. El Poder Judicial como promotor de la deliberación democrática. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. **O custo dos direitos**. Por que a liberdade depende de impostos. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019.

JÁCOME, Jorge González. “The Promise and Peril of ‘Transformative Constitutionalism’—A Reply to Justice Carlos Bernal”. **Int’l J. Const. L. Blog**. Dez. 2018. Disponível em: <http://www.iconnectblog.com/2018/12/the-promise-and-peril-of-transformative-constitutionalism-a-reply-to-justice-carlos-bernal/>.

JARAMILLO, L. G. “Transformative Constitutionalism in Latin America: A Dialogic Route to Utopia?”. **Int’l J. Const. L. Blog**. Abr. 2018. Disponível em: <http://www.iconnectblog.com/2018/04/transformative-constitutionalism-in-latin-america-a-dialogic-route-to-utopia/>.

JARAMILLO, Leonardo García. **Constitucionalismo deliberativo**. Estudio sobre el ideal deliberativo de la democracia y la construcción de una dogmática constitucional del procedimiento parlamentario. Universidad Nacional Autónoma de México - Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2015.

JOBIM, Marcos Félix. **Medidas Estruturantes**. Da Suprema Corte Estadunidense ao supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

KAPISZEWSKI, Diana; TAYLOR, Matthew M. Compliance: Conceptualizing, Measuring, and Explaining Adherence to Judicial Rulings. **Law and Social Inquiry**, v. 38, n. 4, p. 803–835, 2013.

KECK, Thomas M; STROTHER, Logan. **Judicial Impact**. Oxford Research Encyclopedia of Politics, 2016.

LANDAU. “Judicial role and the limits of constitutional convergence in Latin America”. DIXON, Rosalind; GINSBURG, Tom (Ed.). **Comparative Constitutional law in Latin America**, Edward Elgar, 2017.

LANDAU, David. The Reality of Social Rights Enforcement. **Harvard International Law Journal**, v. 53, n. 1, p. 190-247, 2012.

LANGFORD, Malcom; GARAVITO, César Rodríguez; ROSSI, Julieta. “Introducción: de la jurisprudencia al cumplimiento”. In: LANGFORD, Malcom, GARAVITO, César Rodríguez e ROSSI, Julieta (Ed.), **La lucha por los derechos sociales**. Los fallos judiciales y la disputa política por su cumplimiento, Bogotá: Dejusticia, 2017.

LIBARDO José Ariza. “The Economic and Social Rights of Prisoners and Constitutional Court Intervention in the Penitentiary System in Colombia”. In: BONILLA, Daniel Maldonado. **Constitutionalism of the Global South**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MALDONADO, Daniel Bonilla, “La economía política del conocimiento jurídico”. In: MALDONADO, Daniel Bonilla (comp.), **El constitucionalismo en el continente americano**, Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad EAFIT y Universidad de los Andes, 2016.

MBAZIRA, Christopher. **You are the “weakest link” in realising socio-economic rights: Goodbye.** Strategies for effective implementation of court orders in South Africa. South Africa: Community Law Centre: University of the Western Cape, 2008.

MATTOS, Karina Denari Gomes. **Democracia e diálogo institucional:** A relação entre os poderes no controle das omissões legislativas. Universidade de São Paulo (Dissertação), 2014

MENDES, Conrado Hübner. **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação.** Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2008.

MONTERROZA, Vanessa; LAZARI, Igor de; BOLONHA, Carlos. Estado de coisas inconstitucionais: estudo comparativo dos ordenamentos jurídicos do Brasil e da Colômbia e análise de sua aplicação frente ao princípio de separação de poderes. **Revista del Observatorio de Derechos Humanos**, Rostros y Rastros, n. 16, p. 67-93, jan. - jun. 2016.

NAGEL, Robert F. Separation of Powers and the Scope of Federal Equitable Remedies. **Stanford Law Review**, v. 30, 1978.

NEGRETTO, Gabriel L. “Hacia una nueva visión de la separación de poderes em América Latina”. In: CARBONELL, Miguel; VÁZQUEZ, Rodolfo (Comp.) **El Estado de Derecho:** Dilemas para América Latina. Lima: Palestra, 2009.

OSUNA, Néstor. “Las sentencias estructurales. Tres ejemplos de Colombia”. In: BAZÁN, Victor (Ed.) **Justicia Constitucional y Derechos Fundamentales.** La protección de los derechos sociales. Las sentencias estructurales. (Coleção Konrad Adenauer, n. 5, 2015).

OSUNA, Néstor. “Las sentencias estructurales. Tres ejemplos de Colombia”. In: BAZÁN, Victor (Ed.) **Justicia Constitucional y Derechos Fundamentales.** La protección de los derechos sociales. Las sentencias estructurales. (Coleção Konrad Adenauer, n. 5, 2015).

PILLAY, Anashri. Toward effective social and economic rights adjudication: The role of meaningful Engagement. **ICON**, v. 10, n. 3, p. 732-735, 2012.

PIOVESAN, Flavia. “Impact and Challenges of Social Rights in the Courts”. In: LANGFORD, Malcom (Ed.), **Social Rights Jurisprudence:** Emerging Trends in International and Comparative Law (pp. 182-191). Cambridge: Cambridge University Press. Emerging trends.

POLIDO, Carlos Bernal. “Introduction to I-CONnect Symposium—Contemporary Discussions in Constitutional Law—Part II: The Paradox of the Transformative Role of the Colombian Constitutional Court.” **Int’l J. Const. L. Blog**. Out. 2018. Disponível em: <http://www.iconnectblog.com/2018/11/introduction-to-i-connect-symposium-contemporary-discussions-in-constitutional-law-part-i-the-paradox-of-the-transformative-role-of-the-colombian-constitutional-court>.

PORFIRO, Camila Almeida. **Litígios estruturais.** Legitimidade democrática, procedimento e efetividade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

PRIETO SANCHIS, Luis. **Justicia constitucional y derechos fundamentales**. 2ª ed. Madrid: Trotta, 2009.

PUGA, Mariela. La Litis estructural en el caso Brown v. Board of Education. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix. **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodium, 2017.

RAIS, Diogo. **A sociedade e o Supremo Tribunal Federal**: caso das audiências públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

RESTREPO, José Iván Cuervo. “La implementación de políticas públicas: un problema conceptual y metodológico”. In: HOLGUÍN, Carmen Jimena. **Políticas Públicas Sociales y Territoriales**: reflexiones teóricas y estudios de caso. Cali: Universidad Autónoma de Occidente, 2014.

ROACH, Kent. The Challenges of Crafting Remedies for Violations of Socio-economic Rights. In: LANGFORD, Malcolm. **Social rights jurisprudence**: emerging trends in international and comparative law. Cambridge University Press, 2009.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César. “Más allá del cumplimiento: cómo analizar y aumentar el impacto de los tribunales.” In: LANGFORD, Malcom, RODRÍGUEZ GARAVITO, César e ROSSI, Julieta (Ed.), **La lucha por los derechos sociales**. Los fallos judiciales y la disputa política por su cumplimiento, Bogotá: Dejusticia, 2017.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César; FRANCO, Diana Rodríguez. **Juicio a la exclusión**. El impacto de los tribunales sobre los derechos sociales en el Sur Global. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César. “El activismo dialógico y el impacto de los fallos sobre derechos sociales”. In: GARGARELLA, Roberto (Comp.). **Por una justicia dialógica**. El Poder Judicial como promotor de la deliberación democrática. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César; Kauffman, Celeste. “Guía para implementar decisiones sobre derechos sociales. Estrategias para jueces, funcionarios y activistas.” **Documentos 17**. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2014.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César; FRANCO, Diana Rodríguez. **Cortes y cambio social**: como la Corte Constitucional transformó el desplazamiento forzado em Colombia. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2010.

ROSENBERG, Gerald. **The Hollow Hope**. Can Courts Bring About Social Change? Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

SABEL, Charles F.; SIMON, Willian H. Destabilization Rights: How Public Law Litigation Succeeds. **Harvard Law Review**. V. 17, n. 4, p. 1115-1101, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 2ª ed. São Paulo: Cortês, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais sociais e o mínimo existencial – notas sobre um possível papel das assim chamadas decisões estruturantes na perspectiva da jurisdição constitucional. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marcos Félix (Org.). **Processos Estruturais**: Salvador: Juspodium, 2017.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2000.

STONE, Diane. “Non-Governmental Policy Transfer: The Strategies of Independent Policy Institutes.” **Governance** 13 (1): 45–70, 2000.

SUNDFELD, Carlos Ari *et al* (coord.). **Controle de constitucionalidade e judicialização: o STF frente à sociedade e aos Poderes**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

TAVARES, André Ramos. **Paradigmas do Judicialismo** Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

TUSHNET, Mark. A Response to David Landau. **Harvard International Law Journal**, v. 53, p. 155-164, 2012.

TUSHNET, Mark. **Weak Courts, Strong Rights: Judicial Review and Social Welfare Rights in Comparative Constitutional Law**, Princeton, Princeton University Press, 2009.

TUSHNET, Mark. **Taking the Constitution Away from the Courts**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

UPRIMNY YEPES, Rodrigo. “The Recent Transformation of Constitutional Law in Latin America: Trends and Challenges”. **Texas Law Review**. Vol. 89:1587, 2011.

UPRIMNY YEPES, Rodrigo; RODRÍGUEZ GARAVITO, César. “Constitución, modelo económico y políticas públicas em Colombia: el caso de la gratuidad de la educación primaria”. In: PÉREZ MURCIA, Luis Eduardo; UPRIMNY YEPES, Rodrigo e RODRÍGUEZ GARAVITO, César. **Los derechos sociales en serio: hacia un diálogo entre derecho y políticas públicas**. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, DeJusticia, 2007.

UPRIMNY YEPES, Rodrigo. “The enforcement of Social Rights by the Colombian Constitutional Court: Cases and Debates”. In: GARGARELLA, Roberto; DOMINGO, Pilar e ROUX, Theunis (Ed.). **Courts and Social Transformation in New Democracies. An Institutional Voice for the Poor?**. Aldershot/Burlington: Ashgate, 2006, p. 127.

URREGO, Cielo E. Russinque. “El neoconstitucionalismo latinoamericano”. In: ALVARADO, Paola Andrea Acosta; HENAO, Magdalena Correa; PATIÑO, Néstor Osuna; CLEVES, Gonzalo Ramírez (Ed.). **Lecciones de derecho constitucional: tomo I**. Bogotá: Universidad Externado, 2017.

VERBIC, Francisco. Ejecución de sentencias em litigios de reforma estructural em la República Argentina. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix. **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodivm, 2017.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes**: Da transição democrática ao mal-estar constitucional. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIEIRA, Oscar Vilhena; GLEZER, Rubens (Org.). **A razão e o voto**. Diálogos constitucionais com Luís Roberto Barroso. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

VIEIRA, Oscar Vilhena (Coord.). **Implementação das recomendações e decisões do sistema interamericano de direitos humanos no Brasil**: institucionalização e política. 1. ed. São Paulo: Direito GV, 2013.

WALDRON, Jeremy. The Core of the Case Against Judicial Review. **Yale Law Journal**, v. 115, n. 6, 2006, p. 1348.

WILSON, Bruce M.; RODRÍGUEZ L. Olman A. “Costa Rica: comprender las variaciones em el cumplimiento”. In: LANGFORD, Malcom; RODRÍGUEZ GARAVITO, César, ROSSI, Julieta. **La lucha por los derechos sociales**: los fallos judiciales y la disputa política por su cumplimiento. Bogotá: Dejusticia, 2017.

Sites consultados:

<http://portal.stf.jus.br/>

<https://www.cnj.jus.br/>

<https://observatorionacional.cnj.jus.br/observatorionacional/>

<https://www.camara.leg.br/>

<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>

<https://www.corteconstitucional.gov.co/>

<http://www.politicacriminal.gov.co/Sentencia-T-762-de-2015>

Anexos

Anexo I

Quadro com os votos do Ministros e propostas para além da medida cautelar

Pedidos de concessão de medida cautelar	Concessão da cautelar	Não concessão da cautelar	Prejudicado
(a)Determinação aos juízes e tribunais para que motivem as razões da inaplicabilidade de medidas cautelares alternativas à privação de liberdade, em caso de manutenção da prisão.	Min. Relator Marco Aurélio; Min. Carmen Lúcia; Min. Celso de Mello; Min. Luiz Fux	Min. Edson Fachin; Min. Teori Zavascki; Min. Rosa Weber; Min. Gilmar Mendes	
(b)Realização das audiências de custódia, no prazo máximo de 90 dias, em razão dos artigos. 9.3 do Pacto dos Direitos Cíveis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.	Min. Relator Marco Aurélio; Min. Edson Fachin; Min. Luís Roberto Barroso; Min. Teori Zavascki (determina que o prazo para implementação seja regulamentado pelo CNJ); Min. Rosa Weber (determina que o prazo para implementação seja regulamentado pelo CNJ); Min. Carmen Lúcia; Min. Celso de Mello; Min. Luiz Fux		
(c)Determinação aos juízes e tribunais para que considerem	Min. Relator Marco Aurélio;	Min. Edson Fachin, Min Teori Zavascki,	

o dramático cenário do sistema penitenciário brasileiro no momento de concessão ou denegação de cautelares penais, aplicação da pena e durante o processo de execução penal.	Min. Carmen Lúcia; Min. Celso de Mello; Min. Luiz Fux	Min. Rosa Weber, Min. Gilmar Mendes	
(d) Determinação aos juízes e tribunais para que apliquem, sempre que possível, penas alternativas à prisão.	Min. Marco Aurelio, Min. Carmen Lúcia, Min. Celso de Mello, Min. Luiz Fux	Min. Edson Fachin, Min Teori Zavascki, Min. Rosa Weber, Min. Gilmar Mendes	
(e) Abrandamento dos requisitos temporais pelo juiz da execução penal para a fruição de benefícios e direitos dos presos, como a progressão de regime, o livramento condicional e a suspensão condicional da pena.	Min. Gilmar Mendes (Determinação para da União e dos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal para que, em seis meses, coloquem em funcionamento os sistemas de acompanhamento de execução das penas da prisão cautelar e da medida de segurança, na forma da Lei nº 12.714. E, isso, determinaria que a medida deveria ser diretamente fiscalizada pelo CNJ).	Min. Edson Fachin, Min Teori Zavascki, Min. Rosa Weber	Min. Carmen Lúcia
(f) Abatimento do tempo da de prisão da pena, pelo juiz da execução penal, se constatado que as condições de efetivo		Min. Relator Marco Aurélio, Min. Edson Fachin, Min. Teori Zavascki, Min. Rosa	

cumprimento foram significativamente mais severas do que as previstas na ordem jurídica e na sentença penal condenatória.		Weber, Min. Gilmar Mendes, Min. Celso de Mello, Min. Luiz Fux	
(g) Determinação ao Conselho Nacional de Justiça a coordenação de mutirões carcerários para a revisão de todos os processos de execução penal em curso no país que envolvam a aplicação de pena privativa de liberdade.	Min. Edson Fachin, Min. Luís Roberto Barroso, Min. Gilmar Mendes	Min. Celso de Mello	Min. Relator Marco Aurelio, Min Teori Zavascki, Min. Rosa Weber, Min. Luiz Fux
(h) Descontingenciamento das verbas existentes no Fundo Penitenciário Nacional – Funpen e vedação da realização de novos contingenciamentos pela União Federal, até que seja reconhecida a superação do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro.	Min. Marco Aurelio; Min. Fachin (prazo de até 60 dias, a contar da publicação da decisão), Min. Luís Roberto Barroso; Min Teori Zavascki; Min. Rosa Weber (prazo de até 60 dias, a contar da publicação da decisão); Min. Carmen Lúcia; Min. Gilmar Mendes; Min. Celso de Mello; Min. Luiz Fux	Min. Teori Zavascki	
Criados pelo STF			
(i) Apresentação pelo Governo Federal de diagnóstico e plano de ação sobre sistema carcerário, no	Min. Edson Fachin, Min. Luís Roberto Barroso, Min. Rosa Weber, Min. Carmen		

prazo de um ano, após a publicação do acórdão (proposta do Min. Luís Roberto Barroso)	Lúcia (sugestão de que não seja um ano, mas sim com a maior urgência possível), Min. Gilmar Mendes, Min. Celso de Mello,		
(j) Criação de plano de trabalho pela EFAM para oferecer treinamento a juízes sobre o sistema prisional e medidas alternativas ao encarceramento (proposta do Min. Gilmar Mendes)	Min. Gilmar Mendes		

Fonte: Elaborado por Rebecca Groterhorst, a partir da leitura dos votos na ADPF 347/DF-MC⁴⁵⁶

⁴⁵⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *ADPF 347/DF-MC*. Relator: Ministro Marco Aurélio. Requerente: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. Requeridos: União et al. Data do julgamento da cautelar: 09 set. 2015.

Anexo II

Lista de Medidas gerais, particulares e específicas ordenadas na sentença T-762, de 2015, Corte Constitucional colombiana⁴⁵⁷

Medidas gerais

1. Ao Congresso da República, ao Governo Nacional (por meio do Ministério da Justiça e Direito) e à Fiscalía General de la Nación, para observar o *parâmetro constitucional mínimo de uma política criminal respeitosa aos direitos humanos* ao iniciar ou votar projetos de lei ou atos legislativos que incidam na política criminal, no funcionamento do sistema de justiça penal e/ou no funcionamento do sistema penitenciário;
2. Ao Presidente da República, para vetar projetos de lei ou atos legislativos contrários ao *parâmetro constitucional mínimo de uma política criminal respeitosa aos direitos humanos*;
3. Ao Congresso, para contar com o conceito prévio do *Comité Técnico Científico do Consejo Superior de Política Criminal*, ao iniciar o trâmite de projetos de lei ou atos legislativos que incidam na política criminal e no funcionamento do sistema penitenciário;
4. Ao Ministério da Presidência, para difundir, entre as autoridades envolvidas em todas as fases da política criminal, o *parâmetro constitucional mínimo de uma política criminal respeitosa aos direitos humanos* ao propor, iniciar ou tramitar projetos de lei ou atos legislativos que incidem na formulação e desenho da política criminal, no funcionamento do sistema de justiça penal e/ou no funcionamento do sistema penitenciário.
5. Ao Governo Nacional, por meio do Ministério da Justiça, empreender todas as ações necessárias a oferecer maior *viabilidade financeira e institucional* ao *Consejo Superior de Política Criminal* e suas instâncias técnicas, com o objetivo de que dê cumprimento a todas as funções que lhe foram designadas, no marco do *parâmetro constitucional mínimo de uma política criminal respeitosa aos direitos humanos*. Para isso, deve desenhar um plano concreto e cronograma de ação dentro de 6 (seis meses da notificação da decisão T-762/2015).

⁴⁵⁷ T-762 de 2015, M.P Gloria Stella Ortiz Delgado, Corte Constitucional colombiana. Todas as medidas aqui relacionadas foram retiradas da referida sentença e adaptadas ao português.

6. Ao Congresso da República, ao Governo Nacional e à *Fiscalía General de la Nación*, para que promovesse *a criação, implementação e execução de um sistema amplo de penas e medidas alternativas* à privação de liberdade.

7. Ao Governo Nacional, por meio do Ministério da Justiça, para que dentro dos 6 (seis) meses seguintes à notificação da sentença T-762/2015, estruturasse uma *política pública de conscientização cidadã sobre os fins do direito penal e da pena privativa de liberdade, e sensibilização sobre a importância do direito à liberdade e reconhecimento das limitações da prisão à ressocialização*, em face das condições atuais de violação de direitos dos reclusos.

8. Ao Ministério da Justiça, para que, no prazo de 6 (seis) meses da notificação da sentença T-762/2015, tomasse as ações necessárias para *criação de sistema informação unificado, sério e confiável* sobre a política criminal, devendo priorizar os seguintes aspectos:

- a) Criar estatísticas e bases de dados confiáveis sobre a criminalidade do país, que permitam propor soluções e medir resultados.
- b) Criar um sistema de medição de impacto que as leis e reformas em matéria de política criminal têm sobre o sistema penitenciário.
- c) Criar bases de dados e estatísticas unificadas e sérias sobre a aplicação da prisão preventiva no país.
- d) Realizar uma revisão sobre a falibilidade da informação relacionada com a criação e adequação de vagas no sistema penitenciário, com o objetivo de determinar quantas cumprem com as condições mínimas exigidas.

9. Ao Congresso da República, ao Ministério da Justiça, para que revisasse o *sistema de avaliação das penas na legislação atual, identificando incoerências e inconsistências do mesmo, de acordo com o princípio da proporcionalidade da pena*, e tomar providências em relação ao caso. Uma vez estabelecido o sistema de informação sobre a política criminal, deveria apoiar-se nele para efeitos de conclusões e apresentação de soluções.

10. Ao Governo Nacional, por meio do Ministério da Justiça e Direito, para que criasse uma instância técnica de caráter permanente, com a função de (i) consolidar um Sistema de informação sobre a Política Criminal; (ii) estabelecer os mecanismos de incorporação da informação por parte das entidades com ingerência na política criminal, em qualquer de suas fases; (iii) desenhar os mecanismos de acesso à informação e (iv) fazer uma valoração e retroalimentação periódica dos resultados do Sistema de Informação, objetivando

potencializar seus resultados e solucionar os problemas que possam prejudicar seu desenvolvimento. O processo de desenho da base de dados e dos mecanismos previstos para o fluxo de informação deveria ser efetuado no prazo de 6 (seis) meses contados da sentença.

11. Ao INPEC para que, em coordenação com USPEC, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, e Departamento Nacional de Planejamento e *Consejo Superior de Política Criminal*, que elaborasse um *plano integral de programas e atividades de ressocialização*, atendendo aos fins da pena nos estabelecimentos penitenciários. O plano deveria contar com parâmetros fixados na sentença e prazos de implementação e execução, com o objetivo de medir resultados graduais; além disso o prazo não poderá superar 2 (dois) anos da referida sentença.

12. Ao *Consejo Superior de la Judicatura* e ao Ministério da Justiça para que, sob a coordenação da Defensoria, no prazo de 2 (dois) meses contados da notificação da sentença, empreendesse ações necessária para desenhar um cronograma *de implementação de mutirões jurídicos periódicos dentro das unidades prisionais do país*.

13. Ao *Consejo Superior de la Judicatura* e ao Ministério da Justiça que, sob a coordenação da Defensoria, no prazo de 4 (quatro) meses contados da notificação da sentença, empreendesse ações necessária *implementar mutirões jurídicos nos estabelecimentos penitenciários* objeto do processo acumulado das ações de tutela.

14. Ao *Consejo Superior de la Judicatura* e ao Ministério da Justiça que, sob a coordenação da Defensoria, no prazo de 4 (quatro) meses contados da notificação da sentença, recolhesse *dados sobre as necessidades de informação, ação e gestão que implicam os mutirões jurídicos, para que possam ser implementados em todas as unidades prisionais nacionais com base no Sistema de Informação*, que deve contar com as circunstâncias e condições jurídicas dos presos.

15. A Defensoria, para que *criasse o Comitê Interdisciplinar*, em um prazo de 30 (trinta) dias; para implementação das tarefas o prazo de 6 (seis) meses contados a partir da notificação da sentença.

16. Ao Comitê Interdisciplinar, para que *apresentasse as circunstâncias que impossibilitam tecnicamente o cumprimento das ordens proferidas na sentença*, e informasse à Sala de Revisão para que possa avaliar a situação.

17. Ao Comitê Interdisciplinar a realização da *análise e cobertura das necessidades das unidades prisionais do país*, em relação a cada um dos problemas identificados, até que fosse consolidada uma Norma Técnica sobre a Privação de Liberdade na Colômbia, que deve ser

observada por todas as autoridades envolvidas nas fases da política criminal; para tanto se confere 9 (nove) meses contados da notificação da sentença.

18. Ao INPEC, USPEC e ao Ministério da Justiça para que, no prazo de 15 (quinze) meses contados da notificação da sentença, *refizesse as bases de dados e estatísticas relacionadas à capacidade real dos estabelecimentos de reclusão*, levando em conta que só pode contar com vagas que cumprissem as condições mínimas da dignidade da pessoa humana.

19. Ao INPEC, USPEC, ao Ministério da Justiça e ao Departamento Nacional de Planejamento, para que, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da notificação, *ajustassem os projetos que estejam executando ou implementando às condições mínimas de subsistência digna*.

20. Ao Governo Nacional para que, através de seus Ministros, em um prazo de 3 (três) meses posteriores à *identificação das condições mínimas de subsistência digna*, *passasse a regular cada aspecto da vida carcerária*, criando um mecanismo de orientação para os centros de detenção.

21. As regulações que se encontram sob a responsabilidade do Ministério da Saúde deverão consolidar-se de forma temporária durante os 3 (três) meses posteriores à notificação da sentença, tomando em conta que essa tarefa depende da atuação dos demais atores da política criminal.

22. Ao INPEC, USPEC, ao Ministério da Justiça e ao Departamento Nacional de Planejamento, para que, no prazo de 2 (dois) meses a partir da orientação sob responsabilidade do Governo Nacional, *adequassem os projetos por eles implementados ou executados em relação à criação de novas vagas no sistema prisional, para que fossem cumpridas as condições mínimas de subsistência digna*.

23. Ao INPEC, USPEC, ao Ministério da Justiça e ao Departamento Nacional de Planejamento, para que, a partir da sentença, *garantissem o cumprimento das condições mínimas de subsistência digna em todos projetos e infra-estruturas prisionais*.

24. Ao USPEC, para que tomasse todas ações necessárias para a realização, no prazo não superior a um ano da notificação da sentença, de *investimentos na criação de vagas e promoção de outros direitos dentro do sistema penitenciário*, como acesso à água potável, saúde, alimentação, programas de ressocialização.

25. Ao INPEC, USPEC, ao Ministério da Justiça e Direito e ao Departamento Nacional de Planejamento, para que continuassem tomando todas as medidas necessárias para uma *adequada prestação de saúde dentro do sistema prisional*. As ações voltadas a diversificar

as empresas promotoras de saúde deveriam ser realizadas em um prazo não superior a um ano da notificação da sentença.

26. Ao Ministério da Presidência da República para que assumisse a *articulação de distintas entidades administrativas e diferentes entidades territoriais*, desenhando uma estratégia no prazo de 10 (dez) dias seguintes à notificação da sentença.

27. A Defensoria, para que, no prazo de 5 (cinco) dias seguintes à notificação da sentença, *criasse o Grupo de Seguimento ao cumprimento das ordens gerais e particulares proferidas na sentença*, devendo informar à Corte com periodicidade semestral a evolução da estratégia de superação do ECI, e seu impacto na fruição de direitos das pessoas privadas de liberdade.

28. A *Procuraduría General de la Nación*, para que no prazo de 5 (cinco) días da notificação da sentença, *prossiga com as etapas necessárias para realizar a gestão necessária para desenvolvimento da função preventiva de monitoramento da decisão*.

29. Ao Ministério da Presidência da República, Defensoria e *Procuraduría General de la Nación*, para que no prazo de 5 (cinco) dias seguintes à notificação da sentença, *extraíam as responsabilidades locais e nacionais emanadas dessa providência, como os objetivos de superar o ECI em cada um dos problemas identificados, para estabelecer a participação de todas as entidades envolvidas, de acordo com as competências constitucionais e legais que devem ser assumidas*

30. A Defensoria, como líder do seguimento, para que não haja nenhum elemento das providências da decisão sem responsabilidade estatal; no momento que devem cooperar várias entidades para a solução dos problemas enfrentados, o Ministério da Presidência que deve assumir sua articulação.

31. Para *desenhar a estratégia de seguimento ao cumprimento da sentença*, se confere o prazo de 3 (três) meses, contabilizados da motivação das medidas determinadas pela decisão.

32. *Convidar à delegação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) na Colômbia e às Universidades Nacional de Colômbia, EAFIT, e de los Andes, para que acompanhem a defensoria nos processos de (i) determinação das Normas Técnicas sobre a Privação de Liberdade; (ii) seguimento e avaliação do seu cumprimento no território nacional; e (iii) retroalimentação e reestruturação das mesmas.*

33. *Facultar à Defensoria a possibilidade de convocação de pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir tecnicamente com o processo de seguimento.*

34. Ao Ministério da Justiça, em associação ao Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação, para que no prazo de 4 (quatro) meses da consolidação da primeira versão do sistema de informação criado através das medidas judiciais ordenadas, realize a *adequação da página www.politicacriminal.gov.co* para a publicidade da informação entre as entidades envolvidas na superação do ECI.

35. *A página web deve exibir as decisões da Corte, identificando as ordens proferidas, seus destinatários, os prazos conferidos e o estado de cumprimento, através de informes de gestão, de resultado e de impacto* nos direitos das pessoas privadas de liberdade; além disso, a informação estatística deve estar visível, permitindo visualizar o alcance da superação do ECI, através das metas propostas.

Medidas particulares

Conforme foi mencionado, a decisão T-762, de 2015 é decorrente de *acciones de tutela* propostas por pessoas privadas de liberdade que estavam presas em determinados estabelecimentos penitenciários na Colômbia. Nesse sentido, em relação aos estabelecimentos penitenciários questionados nas *acciones de tutela*, a Corte decidiu tomar medidas particulares, prevendo que:

➤ O Ministério da Justiça e de Direito, através do INPEC e da USPEC, deve adequar os estabelecimentos e a administração de alimentos para o descanso noturno dos detentos de cada um dos estabelecimentos mencionados na sentença T-762/2015.

➤ O INPEC, a USPEC, o Ministério da Justiça e de Direito, no prazo de 6 (seis) meses, tomem ações para constatar as necessidades de adequação da infraestrutura em relação à administração da água, devendo apresentar um informe ao final do período mencionado e um plano de ação para cobrir as necessidades insatisfeitas, em um prazo máximo de 2 (dois) anos para sua execução total. De forma imediata, cada uma das unidades penitenciárias pode realizar a construção de sanitários e duchas para que os detentos tenham condições dignas de existência em um prazo que não ultrapasse 6 (seis) meses.

➤ A Defensoria, através de suas regionais, no prazo de 30 dias úteis a partir da notificação da sentença, deve planejar um cronograma para realização de mutirões jurídicos periódicos, nos 16 estabelecimentos penitenciários mencionados na sentença T-762/2015.

➤ Em relação ao tratamento e administração de alimentos, o INPEC e a USPEC devem criar um protocolo ao respeito no prazo de um mês, e logo depois deve ser esse

protocolo implementado com acompanhamento da Defensoria. Ainda, diante da impossibilidade de espaço para visitas conjugais, devem ser tomadas medidas num prazo que não ultrapasse 3 (três) meses, com a cooperação das entidades referidas nesse item.

➤ Em relação ao direito à saúde, o INPEC, a USPEC e o Ministério da Justiça e Direito, em um ano a partir da notificação dessa sentença, devem adequar as áreas dos 16 estabelecimentos da sentença e assegurar que eles cumpram com as condições mínimas de prestação do serviço de saúde.

Em relação a essas ordens particulares supramencionadas, a Corte estabeleceu que implicam a intervenção da Defensoria, que tem a função de realizar o seguimento e conseguir os resultados esperados. Ainda, o monitoramento do cumprimento das ordens particulares, relativas aos 16 estabelecimentos prisionais que instauraram as ações de tutela, ficaria sob responsabilidade da *Procuraduría General de la Nación*.

Decisões em relação a cada caso concreto acumulado na sentença T-762/2015

Nas ordens específicas para os casos concretos analisados, a Corte confirmou as decisões de segunda instancia que haviam reconhecido a violação de direitos nas unidades prisionais. Por outro lado, revogou as decisões que denegaram a proteção a direitos de pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais mencionadas e determinando a proteção dos direitos fundamentais requeridos nas ações.⁴⁵⁸

⁴⁵⁸ Sentença T-762, de 2015, CCC, pp. 195-198.

Anexo III

Perguntas pedido de informação para Ouvidoria Nacional do Ministério Público - **Processo n. 19.00.7000.0001004/2020-26 (SEI - 0324648)**

- 1) Quando se iniciaram as discussões sobre a criação do observatório nacional e se houve demanda por parte de atores políticos ou mesmo da sociedade civil para a sua criação?
- 2) Houve participação da sociedade civil e da população antes da criação do observatório? Se sim, por meio de que canais?
- 3) Quanto tempo se discutiu sobre a criação do Observatório Nacional e qual a razão principal para a sua constituição numa parceria entre CNJ e CNMP?
- 4) Como foram escolhidos os casos para integrar o observatório? Há algum critério especial de seleção? Qual? Existem indicadores construídos pelo observatório nacional para avaliar a evolução e o impacto dos casos analisados?
- 5) O Supremo Tribunal Federal teve alguma participação para a constituição do Observatório Nacional? Os ministros do STF tiveram alguma participação das discussões?
- 6) A sociedade civil e/ou outros atores foram convidados a integrar o Observatório? Se sim, como?
- 7) Qual o plano de trabalho do observatório e as ações que têm sido tomadas?
- 8) Quais os mecanismos de monitoramento dos casos selecionados para o Observatório?
- 9) O Observatório Nacional mantém diálogo com órgãos internacionais ou outras instituições internacionais, como Comissão Interamericana, Corte Interamericana e até PNUD? Caso mantenha diálogo, de que forma ele é feito?
- 10) Há um grupo fixo atuante no observatório nacional por meio do qual eu poderia conversar detalhes sobre a atuação?

Anexo IV

Perguntas pedido de informação para a Câmara dos Deputados - **Protocolo: 20000098183**

- 1) Quantas audiências referentes ao sistema carcerário foram realizadas após setembro de 2015? Quem solicitou referidas audiências? Quem participou dessas audiências? Foi realizado algum encaminhamento?
- 2) Quantas audiências públicas referentes ao sistema carcerário foram realizadas em 2013, 2014 e antes de setembro de 2015? Quem solicitou referidas audiências? Quem participou dessas audiências? Foi realizado algum encaminhamento?

Anexo V

Pedido formulado ao Ministério de Justiça e Segurança, encaminhado ao DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – **Protocolo: 08850001355202079**

- 1) Qual valor do fundo penitenciário foi liberado após decisão da ADPF 347, STF, em setembro de 2015? Esse valor foi executado com quais despesas do órgão?
- 2) O FUNPEN tem enviado relatórios de gastos planejados e executados para o STF, no âmbito da ADPF 347?
- 3) Qual o valor autorizado para gasto com formação educacional e cultural do preso nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente? Quanto desse valor foi efetivamente executado nesses respectivos anos?
- 4) Qual foi o valor autorizado para gasto com implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente? Quanto desse valor foi efetivamente executado nesses respectivos anos?
- 5) Qual o valor autorizado para elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos, internados e egressos nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Quanto desse valor foi efetivamente executado nesses respectivos anos?
- 6) Qual o valor autorizado para promoção da saúde dos presos nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Quanto desse valor foi efetivamente executado nesses respectivos anos?
- 7) Qual o valor autorizado para alimentação dos presos nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Quanto desse valor foi efetivamente executado nos respectivos anos?
- 8) Qual o valor autorizado para programas de assistência jurídica aos presos carentes nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Quanto desse valor foi efetivamente executado nesses respectivos anos?
- 9) Qual o valor autorizado para construção ou reforma de unidades prisionais nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019? Quanto desse valor foi efetivamente executado nesses respectivos anos?

Anexo VI

PL 4754/2016⁴⁵⁹

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 2016
(do Senhor SÓSTENE CAVALCANTE E OUTROS)

Altera a redação do art. 39 da lei 1.079, de 10 de abril de 1950.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA

Art. 1º Esta lei acrescenta o inciso 6º ao art. 39 da nº 1.079, de 10 de abril de 1950, para incluir como crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo.

Art. 2º O art. 39, da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso 6º:

“Art. 39.....

6. usurpar competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.”

(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição atribui competências específicas a cada um dos três poderes, exigindo que estes zelem pela preservação das mesmas. A Lei 1079/1950, que define os crimes de responsabilidade, é pródiga ao listar os crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado, mas lacônica ao fazer o mesmo com os membros do judiciário. Sem dúvida este fato se deve ao modo exemplar como os juízes têm desempenhado suas funções em nosso país. Sabe-se, entretanto, que a doutrina jurídica recente tem realizado diversas tentativas para justificar o ativismo judiciário, algo

⁴⁵⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=AC5C0611D7C2DA506205C484DEE8B31A.proposicoesWebExterno1?codteor=1443910&filename=PL+4754/2016

praticamente inexistente em nosso país nos anos 50, época em que foi promulgada a lei que define os crimes de responsabilidade. Este ativismo, se aceito como doutrina pela comunidade jurídica, fará com que o Poder Judiciário possa usurpar a competência legislativa do Congresso. Não existem atualmente, por outro lado, normas jurídicas que estabeleçam como, diante desta eventualidade, esta casa poderia zelar pela preservação de suas competências. De onde decorre a importância da aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado Federal SÓSTENES CAVALCANTE – PSD/RJ

Anexo VII

PL 1182/2019 (apensado ao PL 4754/2016)⁴⁶⁰

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Da Sra. Beatriz Kicis)

Acrescenta o item 6 ao art. 39 da Lei Nº. 1.079 de 10 de abril de 1.950.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3.....
.....

6 – Instituir mediante decisão, sentença, voto, acórdão ou interpretação analógica, norma geral e abstrata de competência do Congresso Nacional (arts. 21 e 48 da Constituição do Brasil).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por objetivo inserir na Lei que define os crimes de responsabilidade e regula o seu julgamento, dispositivo que regulamente o artigo 2º. Da Constituição Federal, coibindo invasão e usurpação de competência fixada nos artigos 22 e 48 da Constituição Federal.

A inserção de tal dispositivo emparelha a atividade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal com as do Presidente da República sem tolher o exercício da jurisdição nos termos e limites da Constituição. O artigo 4º. Inciso II da Lei alterada criminaliza os atos do

⁴⁶⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715346&filename=PL+1182/2019

Presidente da República que atentam contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados. Por simetria, não se deve admitir que os Ministros do Supremo Tribunal Federal invadam ou usurpem a competência do Congresso Nacional instituindo normas gerais e abstratas nas mais diversas matérias, em ofensa ao princípio constitucional da independência e harmonia dos Poderes.

Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição ora apresentada.

de de 2019.

Deputada BEATRIZ KICIS
(PSL/DF)

Deputada CHRIS TONIETTO
(PSL/RJ)